

Lutas de resistência: um olhar longo sobre a situação em Portugal

Catarina Sales

UBI e Cies_Iscte

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Estrada do Sineiro, s/n 6200-209 Covilhã, Portugal

Resumo

Neste artigo discute-se o passado e o presente de Portugal numa perspetiva interdisciplinar e focando três vertentes da mudança social recente e que são indelevelmente marcadas pelo processo histórico de opressão e luta. Começando por apresentar o mito dos *brandos costumes* e o difícil processo de (des)construção do passado colonial, passaremos depois a focar as lutas antipatriarcais e o “sinuoso caminho” dos movimentos feministas e de mulheres em Portugal com uma atenção mais demorada na questão do Feminismo na Academia. Temos inevitavelmente como cenário de fundo o contexto da ditadura salazarista que confere às dimensões apresentadas o cariz comum de processos resistência facista.

Introdução

Ao longo da História os movimentos de resistência emergem como respostas necessárias a sistemas de opressão que perpetuaram desigualdades e injustiças sociais. A resistência pode assumir diversas formas, desde a luta declarada dos movimentos sociais de rua a processos mais subliminares na clandestinidade ou a resistência passiva. (Xavier, s/d). É hoje urgente acionar a memória e refletir numa lógica diacónica sobre passado e presente destes processos. Num mundo cada vez mais polarizado, estes movimentos destacam a interconexão entre diferentes formas de opressão e a urgência formas de resposta coletiva que promovam a justiça social e a dignidade humana.

Em Portugal, as lutas de resistência têm um passado relevante do qual se destaca a partir da Modernidade a resistência no império colonial (Soares da Cunha, 2021). O passado colonial do país coloca-o no lugar do opressor, sendo porém que simultaneamente a este processo tão significativo que durou séculos, portugueses e portuguesas eram também oprimidos na então chamada metrópole, enredados em lógicas discriminatórias de classe e estratificação social, à altura naturalizadas por

um regime totalitário. Como refere Campos (2023) onde há opressão há resistência. E estas lutas, sobretudo as mais quotidianas, durante tanto tempo menorizadas na investigação histórica, informam não apenas sobre a construção da mudança social como sobre o próprio sistema de opressão e poder dominante, dando luz sobre os mecanismos de funcionamento do poder a um nível micro social, no sentido de Foucault (2021)

Neste artigo vamos refletir sobre o passado recente de Portugal a partir de estudos e ensaios de diferentes áreas científicas. Procura-se analisar três vertentes da mudança social contemporânea, que são indelevelmente marcados pelo processo histórico de opressão e luta. Sendo o nosso lugar de fala o da sociologia do género e das mobilidades, privilegiamos a construção recente e sinuosa da igualdade e da diversidade em Portugal. A par de outros contextos europeus e mundiais, o país tem sido palco de mudanças importantes ao nível da igualdade de género e da diversidade nas ultimas décadas com a crescente participação das mulheres em diversas esferas sociais (política, desportiva, cultural por exemplo), a afirmação jurídica e social dos direitos LGBTQI+ e os fluxos crescentes de migrantes inicialmente dos PALOP Países africanos de Língua Oficial Portuguesa) e ex-colónias portuguesas mas nos últimos anos de cada vez mais origens e nacionalidades, colocando o país nas rotas massivas da migração e processos de refúgio.

A perspetiva que se partilha é uma leitura pessoal alicerçada em literatura recente sobre os processos de luta e resistência que permitiram a construção do lugar diverso que hoje é Portugal, onde se ao mesmo tempo a composição social se alterou, a tensão social como expressão de antagonismo à mudança em prol do empoderamento de grupos historicamente desfavorecidos também tem vindo a crescer.

1. Passado Colonial e Mito dos "Brandos Costumes"

O passado colonial de Portugal, que moldou a identidade nacional, continua a impactar as dinâmicas sociais. A ideia de uma ‘colonização suave’ ignora as tensões raciais e as desigualdades estruturais que emergem de uma história de exploração e opressão. Portugal possui um dos legados coloniais mais longos e complexos do mundo, que se estendeu por séculos e teve um impacto muito forte nos países colonizados e na sociedade portuguesa contemporânea. A descolonização, que

ocorreu apenas após a revolução democrática (1974), não trouxe consigo uma completa desconstrução das narrativas e estruturas sociais que sustentaram o colonialismo. Assim, o passado colonial ainda ressoa em várias dimensões da vida social, política e cultural em Portugal (Rosas, 2022). A este respeito é importante compreender que houve uma transição entre um discurso prevalente no Salazarismo de pertença e unidade do império para um mito de colonial estrategicamente construído de uma descolonização fraternal ancorada no luso tropicalismo e na revolução como libertação comum (Portugal e países colonizados) do regime opressor (Reis, 2015).

O mito dos ‘brandos costumes’ — uma ideia criada pelo Salazarismo que sugere que Portugal é uma sociedade pacífica e tolerante — serve para encobrir as tensões raciais e as desigualdades que persistem e que pontualmente eclodem em episódios de violência (Reis, 2023) que chocam pela contradição desta ideia preconcebida. A narrativa deste mito reduz a complexidade das experiências históricas e contemporâneas de grupos racializados, desconsiderando as realidades de discriminação e exclusão enfrentadas por essas comunidades. Gera uma “imunidade dogmática” aos factos históricos (Bandeira Jerónimo, 2016) propícia à perpetuação de estereótipos e que também impede o reconhecimento das lutas que emergem como resposta a essas injustiças, através da criação de um ‘pacto de silêncio’ sobre o racismo e a desigualdade racial e social na sociedade portuguesa (Henriques, 2018).

Por exemplo, a negação da violência colonial e das suas repercussões na sociedade atual cria um ambiente onde as vozes das populações afrodescendentes e de outros grupos minoritários são frequentemente silenciadas. A invisibilidade destas comunidades é uma consequência direta de um legado que se recusa a ser enfrentado (Henriques, 2018). Assim, a luta antirracista em Portugal é, em parte, uma resposta à necessidade de desmantelar essas narrativas e exigir reconhecimento e reparação.

Além disso, os indicadores contraditórios da realidade social em Portugal, como evidenciado no estudo de Sales, Novais e Ramos (2022), mostram que, apesar de um discurso oficial de inclusão e igualdade, as práticas reais muitas vezes falham em refletir esses valores. A presença de desigualdades estruturais, evidenciada em áreas como educação, emprego e habitação, sugere que o país ainda está a lutar para superar as consequências do seu passado colonial.

Deste modo, a desconstrução do passado colonial é essencial não só para a luta antirracista, mas também para o fortalecimento da identidade nacional de Portugal onde o passado colonial é um assunto mal resolvido (Costa Pinto e Martinho, 2013) Portanto, o legado colonial de Portugal e o mito dos "brandos costumes" são aspectos cruciais que moldam a dinâmica das lutas sociais contemporâneas.

Presentemente o desafio é complexo. Se a integração de migrantes das ex-colónias representou um desafio da democracia desde a sua instauração nos anos 70 do século XX, o acolhimento recente de fluxos de migrantes internacionais e refugiados veio evidenciar os limites da adaptação e tolerância cultural da população portuguesa.

2. As Lutas Feministas em Portugal

A luta feminista em Portugal tem uma história marcada por desafios significativos, particularmente devido ao impacto da ditadura do Estado Novo, que durou quase cinco décadas. Durante este período, as mulheres enfrentaram uma ideologia de género profundamente enraizada que não só limitou a sua liberdade, mas também moldou as normas sociais e as expectativas em relação ao seu papel na sociedade.

Madeira (2022) argumenta que o salazarismo promovia um discurso antifeminista que condicionava ideologicamente a sociedade portuguesa. As mulheres eram frequentemente relegadas a papéis subalternos, com o regime a glorificar a maternidade e a vida doméstica, desincentivando a participação das mulheres na vida pública e política. Essa ideologia não só reprimia as vozes femininas, mas também perpetuava uma cultura de desigualdade que ainda reverbera na sociedade contemporânea.

Assim, embora o advento da democracia em 1974 tenha trazido a liberdade política e uma nova esperança para a igualdade de género, o caminho para a plena emancipação das mulheres tem sido lento. A luta feminista, embora se tenha fortalecido nas últimas décadas, ainda é mitigada pelos resquícios da ditadura, começando pela persistente conotação pejorativa do termo feminismo Amâncio, 2021). As "filhas" da ditadura, como refere Amâncio estão “ainda condicionadas pelo que foi uma “ditadura com uma ideologia de género fortíssima” (Amâncio, 2021, s/p) na qual existia um autêntico discurso antifeminista (Madeira, 2022). Esse legado tem dificultado a mobilização efetiva em torno de questões feministas, criando um hiato entre o que é idealmente possível e o que é realmente alcançado por esta primeira

geração de mulheres *livres* educadas no pós ditadura. Explica também a fraca adesão aos movimentos sociais (no caso de mulheres e feministas) que apenas recentemente se começa a desbloquear (Baumgarten, 2016).

Por outro lado, apesar das políticas institucionais que visam promover a igualdade de género desde 1970, como a criação da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), o feminismo institucional muitas vezes falha em responder às necessidades concretas das mulheres. Embora a CIG tenha sido um passo positivo e represente “uma aliada dos movimentos de mulheres portugueses, numa aliança que evoluiu ao longo dos mais de 30 anos analisados, e ao longo dos quais tem alavancado as questões das mulheres e das políticas de igualdade sexual em Portugal”, a sua eficácia tem sido limitada por um “hiato entre o possível e o real”, como descreve Monteiro (2011, 15). Isso deve-se, em parte, à falta de apoio político contínuo e à necessidade de alinhar as políticas públicas com as realidades vividas pelas mulheres.

Adicionalmente, o feminismo em Portugal também enfrenta o desafio da fragmentação, onde diferentes grupos feministas podem ter objetivos e abordagens diversas, dificultando a construção de uma frente unida. Essa diversidade é, por um lado, uma força, pois permite a inclusão de múltiplas vozes e experiências, mas, por outro lado, pode resultar em conflitos e divisões que enfraquecem a luta coletiva.

Deste modo, a luta feminista em Portugal é profundamente influenciada por um passado colonial e ditatorial que ainda deixa marcas visíveis na sociedade. As mulheres que hoje lutam por igualdade enfrentam não só as consequências históricas de um regime opressor, mas também as limitações de um feminismo institucional que nem sempre corresponde às suas necessidades reais. Para que as lutas feministas sejam eficazes, é crucial reconhecer e desmantelar essas estruturas de opressão, promovendo um movimento mais coeso e interseccional.

2.1 Movimentos e Associações Feministas

As associações de mulheres têm sido fundamentais na luta pelos direitos das mulheres, oferecendo apoio e serviços essenciais. No entanto, a variabilidade e irregularidade do financiamento obrigam estas entidades a uma luta constante por sobrevivência, dificultando o alcance dos seus objetivos.

A história das associações de mulheres em Portugal está intimamente ligada ao desenvolvimento do movimento feminista e às lutas sociais ao longo do século XX e XXI (Covas et al, 2022). As primeiras organizações de mulheres em Portugal surgiram no final do século XIX. Estas associações eram muitas vezes voltadas para questões sociais e de caridade, refletindo os papéis tradicionais atribuídos às mulheres. No entanto, começaram a emergir grupos que defendiam a educação e os direitos das mulheres. Durante a Primeira República (1910-1926), houve um aumento do ativismo feminista e a criação de várias associações que lutavam pela igualdade de direitos, especialmente em relação ao voto. No entanto, com a instauração do Estado Novo em 1933, as liberdades civis foram severamente restringidas. Muitas dessas associações foram forçadas a operar clandestinamente ou foram dissolvidas. A Revolução dos Cravos, que derrubou a ditadura do Estado Novo, foi um ponto de virada crucial. O movimento feminista revitalizou-se e várias associações de mulheres foram fundadas, buscando promover a igualdade de género e combater a discriminação. Durante este período, surgiu uma nova consciência sobre os direitos das mulheres, com um foco particular em questões como a violência de género e a saúde reprodutiva. Na década de 1980, o feminismo institucional começou a ganhar forma. O governo português começou a implementar políticas de promoção da igualdade de género, e várias associações, como a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) e o Graal, começaram a oferecer serviços de apoio a mulheres vítimas de violência e a trabalhar na educação e capacitação de mulheres, especialmente em áreas rurais. No início do século XXI, as associações de mulheres em Portugal tornaram-se mais diversificadas e interseccionalmente conscientes, abordando questões relacionadas à raça, classe e sexualidade. A legislação de 1988 (DR, 3395), que garante os direitos das associações de mulheres, foi um marco importante, proporcionando um quadro legal para a sua operação. Contudo, elas enfrentam desafios significativos, como a escassez de financiamento e a necessidade de adaptar suas abordagens às novas realidades sociais o que foi recentemente destacado pelo mais recente relatório sombra da CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres) (Narváez, 2022).

3. Feminismo e Academia: uma caixa de Pandora?

NO inicio do século Yannoulas, Vallejos e Lenarduzzi destacavam que “embora a academia feminista tenha estimulado a produção de conhecimentos científicos não sexistas, analisando e redimensionando concepções epistemológicas tradicionais, o conteúdo e a metodologia científica hegemônica continuam manifestando traços sutilmente androcêntricos” (2000, 426) Nos últimos anos este processo é coadjuvado pela lógica produtivista neoliberal, cada vez mais dominante nas universidades (Gill e Danaghue, 2016) que se tornaram instituições profundamente performativas (Ball, 2000; Blackmore e Sachs, 2003; Pereira, 2017)

Em Portugal, se a presença de feministas nas universidades é uma realidade, mas muitas vezes é marcada por uma falta de reconhecimento e valorização que se estende à área de estudos sobre das mulheres, de género e feministas (EMGF) (Santos et al 2023). A segunda década do século assistiu ao apetrechamento das universidades portuguesas com ferramentas do mainstreaming de género com grande destaque para os planos de igualdade de género (Sales Oliveira e Augusto, 2017). Esta mudança resulta também da existência de pressão política visto que desde 1997, com o tratado de Amsterdão, o mainstreaming de género tornou-se um dos eixos prioritários da União Europeia (Shreeves, 2019). A larga e relativamente rápida institucionalização desta perspetiva materializada no desenvolvimento de planos de igualdade inicialmente e posteriormente estruturas de continuidade como comissões ou grupos de trabalho na temática não foi alheia à existência de linhas de financiamento dedicadas para esta intervenção organizacional. Porém se todas as universidades portuguesas têm presentemente um plano de igualdade de género, tal não é por si garantia da existência de uma sólida e partilhada cultura de igualdade (Augusto et al, 2018).

A interseccionalidade e a inclusão do feminismo negro ainda estão longe de ser uma prioridade nas instituições de ensino, e o assédio, embora reconhecido, continua a ser uma questão silenciada (Vianne, Laranjeiro e Tom, 2023). A este respeito importa referir que a desocultação do assédio nas universidades em Portugal finalmente emergiu nos últimos anos, especialmente a partir de 2021. Este fenómeno foi impulsionado por uma crescente consciencialização - com raiz no movimento #MeToo (Faccio et al, 2018) sobre a questão do assédio sexual e moral, bem como pela mobilização de estudantes e académicas que começaram a compartilhar as suas experiências.

Historicamente, a questão do assédio nas universidades em Portugal foi frequentemente silenciada, com muitas vítimas relutantes em denunciar os abusos por medo de represálias ou de não serem acreditadas. Temáticas como por exemplo os estereótipos de género e o sexismo eram temas muito complexos de abordar, devido à forte construção da universidade como um lugar neutro e seguro (Sales Oliveira, Vilas Boas e Las Heras, 2016). Ao mesmo tempo, a cultura institucional muitas vezes contribuía inadvertidamente para a ocultação do assédio devido à falta de políticas claras e de mecanismos de denúncia efetivos (Amorim, 2021).

A partir de 2021, várias universidades começaram a ser confrontadas com denúncias públicas de assédio, levando à necessidade urgente de abordar estas questões. Estudantes e académicas organizaram-se para exigir medidas mais rigorosas contra o assédio, incluindo a implementação de protocolos de denúncia, formação para o pessoal docente e não docente, e campanhas de sensibilização (FAL, 2022). Em resposta à pressão social, algumas universidades começaram a tomar medidas para abordar o problema do assédio. Isso incluiu a revisão de políticas internas e a implementação de canais e mecanismos de denúncia. No entanto, a eficácia dessas medidas tem sido questionada, e a resolução dos processos legais de queixa apresentados tem sido desigual entre regiões.

Em 2023 o assédio nas universidades portuguesas ganhou especial atenção quando o Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, uma das instituições mais respeitadas em termos de investigação social e estudos de género, se tornou o foco de um intenso debate após a publicação de um capítulo de livro que reunia relatos de investigadoras sobre experiências de assédio dentro desta instituição ((Vianne, Laranjeiro e Tom, 2023). A confirmação recente (março de 2024) da existência de padrões de conduta de abuso de poder e assédio pela comissão independente criada para o efeito irá expectavelmente reforçar o processo de desocultação em curso. A desocultação do assédio nas universidades em Portugal representa um passo importante na luta contra a violência de género e antipatriarcal e na promoção de um ambiente académico mais seguro e inclusivo. A mobilização de estudantes e académicas, aliada à pressão social e institucional, é crucial para a continuidade deste processo. No entanto, é vital que as universidades também assumam esta causa e implementem medidas efetivas e sustentáveis que garantam a

proteção das vítimas e se comprometam ativamente na promoção de uma cultura de respeito e igualdade.

Reflexão final

O exercício de confrontar diferentes formas de luta e resistência permitiu compreender o muito que têm em comum. Se tal não é surpreendente nos processos de resistência e luta anticolonial e antirracista ou nos processos paralelos de luta feminista e antipatriarcal, era menos expectável a profundidade com que o contexto fascista (e correspondentes movimentos de resistência) moldou e matizou todas estas formas de contestação. Tratando-se de um passado recente, falta ainda visibilizar e combater muitos efeitos deste período tão marcante. O legado da ditadura e do passado colonial permanecem agrilhoando a sociedade volvidos (apenas) 50 anos de democracia. As lutas de resistência nomeadamente antirracistas, anticoloniais, antipatriarcais e antifascistas/xenófobas em Portugal exigem uma análise crítica e uma ação interseccional. A desconstrução destes processos é necessariamente longa. Porém o que é mais preocupante é a adversidade do contexto atual. Após anos promissores de crescimento de intervenções profícuas em prol da igualdade e da diversidade, assiste-se agora a eventuais retrocessos precisamente quando o país é chamado a contribuir positivamente para a construção de um contexto europeu internacional de acolhimento e multiculturalidade. Fundamental por isso continuar a dinamizar o par luta/reflexão, como forma de resistência, denúncia e (re)construção.

Referências

Amâncio, Lígia (2021, março 1). Entrevista por Lopes, Ana Sá. “Tivemos uma ditadura com uma ideologia de género fortíssima que nunca foi posta em causa.” *Público*.

Amâncio, Lígia, Tavares, Manuela, Joaquim, Teresa, & Almeida, Teresa (2007). *O Longo Caminho das Mulheres. Feminismos 80 anos depois*. Lisboa: Publicações Dom Quixote

Amorim, Celeste (2021)“Muitas vezes, nós não dizemos nada”: *representações, percepções e incidência do assédio sexual entre estudantes da Universidade do Minho* [dissertação de mestrado] Braga: Universidade do Minho

Augusto, Amélia, Sales Oliveira, Catarina, Araújo, Emília, & Cerqueira, Carla (2018). *The place for gender research in contemporary Portuguese science and higher education policies within the context of neo-liberalism* in Khalert, Heike (Ed.) *Gender Studies and the New Academic Governance: Global Challenges, Glocal Dynamics and Local Impacts*. Springer, 107-128.

Ball, Stephen J. (2000), Performativities and Fabrications in the Education Economy: Towards the Performative Society?, *The Australian Educational Researcher*, 27(2), 1-23.

DOI : [10.1007/BF03219719](https://doi.org/10.1007/BF03219719)

Bandeira Jerónimo, Miguel (2016) As gramáticas da diferença que o racismo nomeou in Henriques, Joana G. *Racismo em Português. O lado esquecido do colonialismo*. Lisboa: Tinta da China, 2016, 214-224

Baumgarten, Britta (2016), "Time to Get Re-Organized! The Structure of the Portuguese Anti-Austerity Protests", Narratives of Identity in Social Movements, Conflicts and Change in *Research in Social Movements, Conflicts and Change*, 40. Leeds: Emerald Group Publishing Limited, 155-187. <https://doi.org/10.1108/S0163-786X20160000040006>

Blackmore, Jill & Sachs, Judyth (2003) Managing Equity Work in the Performative University. *Australian Feminist Studies*, 18(41), 141-162.

de Campos, Marize H. (2023) Religião E Resistência. Notas Sobre O Processo Inquisitorial De Inês De Caminha, Cristã-Nova, Tendeira Da Casinha Dos almotacés (1588). *Cuadernos Judaicos*, 41 (diciembre), 77-91.
<https://doi.org/10.5354/0718-8749.2023.73259>

Cova, Anne, Gorjão, Vanda, Freire, Ana Isabel, Lopes, Ana C., Monteiro, Natividade (Orgz.) (2022). *Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Cunha, Mafalda Soares (coord.) (2021) *Resistências. Insubmissão e Revolta no Império Português*. Lisboa: Casa das Letras

Diário da República n.º 189/1988, Série I de 1988-08-17, 3395 – 3396

Gill, Rosalind & Donaghue, Ngaire (2016) Resilience, Apps and Reluctant Individualism: Technologies of Self in the Neoliberal Academy, *Women's Studies International Forum*, 54, 91-99.

DOI : [10.1016/j.wsif.2015.06.016](https://doi.org/10.1016/j.wsif.2015.06.016)

FAL (Federação Académica de Lisboa) (2022) *A realidade escondida no Ensino Superior: assédio sexual e moral*. Lisboa: FAL Acessível em [Index of /wp-content/uploads/2022/06](https://indexof/wp-content/uploads/2022/06)

Foucault, Michel (2021) *Microfísica do Poder*. São Paulo: Editora Paz e Terra

Henriques, Joana Gorjão (2018) *Racismo no País dos Brandos Costumes*. Lisboa: Tinta da China

Yannoulas, Silvia Cristina; Vallejos, Adriana Lucila & Lenarduzzi, Zulma Viviana (2003) Feminismo e Academia. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 81, (199), 425-451

Madeira, Rita C. (2022). *(Des) igualdade de género e feminismo em Portugal, o país que viveu a mais longa ditadura da Europa Ocidental*. WP IS UP nº 94. Porto: Universidade do Porto

Monteiro, Rosa (2011). *Feminismo de Estado em Portugal: mecanismos, estratégias, políticas e metamorfoses* [tese de doutoramento] Coimbra: Universidade de Coimbra

Narváez, Ana Peláez (2022) Concluding observations on the tenth periodic report of Portugal. CEDAW/C/PRT/CO/10. Acessível em <https://digitallibrary.un.org/record/3987034?v=pdf>

Pereira, Maria do Mar (2017) *Power, Knowledge and Feminist Scholarship: An Ethnography of Academia*. Londres: Routledge.
DOI : [10.4324/9781315692623](https://doi.org/10.4324/9781315692623)

Pinto, António Costa & Martinho, Francisco P. (2013). *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Reis, Bruno Cardoso (2015). Myths of Decolonization: Britain, France, and Portugal Compared In Pinto, António Costa & Jerónimo, Miguel. *The Ends of European Colonial Empires: Cases and Comparisons*. 126-147. Londres: Palgrave Macmillan UK.

Sales Oliveira, Catarina, Vilas Boas, Susana, & Las Heras, Soledad (2016). Estereótipos de género e sexismo em docentes do ensino superior. *Revista iberoamericana de educación superior*, 7(19), 22-41.

Sales Oliveira, Catarina, & Augusto, Amélia (2017). El gender mainstreaming en la academia portuguesa. *Ciencia, Técnica y Mainstreaming Social*, (1), 17-27.

Rosas, Fernando (2022, março 20) *As origens históricas do racismo estrutural na sociedade portuguesa*. Esquerda.net. Acessível em <https://www.esquerda.net/artigo/origens-historicas-do-racismo-estrutural-na-sociedade-portuguesa/80006>

Xavier, Ângela (s/d) Resistir in *Léxico da Resistência*.
<https://doi.org/10.60469/9xbk-qv95> Acessível em [https://www.resistance.uevora.pt/lexiconwords/resistenciaresistir-\(es\)-or-resistenciaresistir-\(pt\)/](https://www.resistance.uevora.pt/lexiconwords/resistenciaresistir-(es)-or-resistenciaresistir-(pt)/)

Sales, Catarina, Novais, Ivan, & Ramos, Deriscleia (2022). Moving to Portugal: Conditions for Refugees' Identity (Re) Configuration Processes. *Social Inclusion*, 10 (4), 255-260.

Shreeves, Rosamund (2019) *At a Glance Note. Gender mainstreaming in the EU: State of play*. EPRS (European Parliamentary Research Service) January 2019. European Parliament

Facio, et al (2018) #MeToo: “*A transformative moment, liberating and empowering*”. UN: International Women’s Day Statement by United Nations Women’s Human Rights Experts. Acessível em:
<https://www.ohchr.org/en/statements/2018/03/international-womens-day-statement-united-nations-womens-human-rights-experts?LangID=E&NewsID=22759>

Viaene, Lieselotte; Laranjeiro, Catarina, & Tom, Miye (2023). The walls spoke when no one else would: Autoethnographic notes on sexual-power gatekeeping within avant-garde academia. In Pritchard, Erin & Edwards, Delyth (Eds.) *Sexual misconduct in academia: informing an ethics of care in the university*, 208-225. Londres: Routledge.